



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

**Amanhã há de ser outro dia: ofensiva ultraneoliberal e os
desmontes das políticas públicas no Brasil contemporâneo**

Rafael Gonçalves dos Santos¹
Maria Cristina Piana²

Resumo: Este estudo bibliográfico, subsidiado pelo referencial crítico- dialético, tem o objetivo de denunciar as intervenções reacionárias do metabolismo antissocial da ofensiva ultraneoliberal no contexto da recessão econômica mundial. Ancorado à perspectiva de totalidade, as análises foram divididas em dois momentos principais. O primeiro apresenta os principais ataques das corporações lucrativas à lei de proteção social ao trabalho, conferindo ao proletariado uma nova identidade: a do infoproletariado ou cyberproletariado. Já o segundo momento elenca os impactos sobre o financiamento das políticas sociais, instaurando um cenário de desproteção social e barbarização da vida humana ante as ameaças da autocracia burguesa.

Palavras-chave: Ofensiva ultraneoliberal; Políticas Públicas; Proteção Social; Mundo do Trabalho.

Abstract: This bibliographic study, subsidized by the critical-dialectical framework, aims to denounce the reactionary interventions of the antisocial metabolism of the ultra-neoliberal experience in the context of the global economic recession. Anchored to the perspective of the whole, the analyzes were divided into two main moments. The first presents the main attacks by profit-making corporations on the social protection law at work, giving the proletariat a new identity: that of the infoproletariat or cyberproletariat. In the second moment, he lists the impacts on the financing of social policies, establishing a scenario of social lack of protection and the barbarization of human life in the face of threats from bourgeois autocracy.

Keywords: Ultra-neoliberal offensive; Public policy; Social Protection; World of Work.

¹ Assistente Social. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP - Franca/SP. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPIA). E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

² Docente do programa de graduação e pós - graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP - Franca/SP. ² Pós-doutora em Serviço Social pela UNESP - Franca/SP. Coordenadora do Programa de Extensão Necria. Tutora do Grupo PET Serviço Social- UNESP/ Franca. E-mail: cristina.piana@unesp.br.



1. INTRODUÇÃO

É com o anseio e a intencionalidade de resistir e enfrentar coletivamente as ameaças ideológicas da atual ofensiva ultraneoliberal e de suas reações autoritárias, que o presente ensaio teórico registra logo em seu título um trecho da canção “Apesar de Você” composta em 1970, de autoria do cantor e compositor Chico Buarque, e que foi escrita nesta época em denúncia às opressões do regime civil-militar, carregando a esperança de construir um novo dia, com tempos mais humanos, justos, democráticos e igualitários para toda a sociedade.

As análises e questionamentos do presente estudo bibliográfico foram fundamentadas pelo referencial crítico-dialético, comprometidas com uma perspectiva de reflexão macroscópica, de modo a realizar mediações para a compreensão do funcionamento do metabolismo destrutivo e opressor da ordem burguesa e das suas estratégias de enfrentamento do momento de recessão mundial. Intensificadas pela ameaça privatista e pelas intervenções realizadas pela dominação oligárquica financeira, as expressões da questão social começaram a sofrer redimensionamentos históricos com algumas particularidades no Brasil e que serão apresentadas neste estudo.

Com o intuito de analisar o desvelamento das políticas públicas no país e denunciar as graves violações dos direitos humanos e sociais, este estudo reflexivo será dividido em dois momentos principais, a fim de apresentar algumas atualizações acerca do desmonte do Estado, da sociedade e das políticas públicas.

O primeiro momento apresenta o novo quadro societário inaugurado na era digital e informacional do século XXI, de modo a denunciar os principais ataques da ofensiva ultraneoliberal e das corporações lucrativas e globais à lei de proteção social ao trabalho, que confere à classe trabalhadora uma nova identidade, isto é, a do infoproletariado ou ciberproletariado. Além disso, será possível compreender o modo como a lógica concorrencial do mercado organiza as forças produtivas a partir da individualização, meritocracia e hiperflexibilização acelerada, fator esse que abre espaço para a precarização do trabalho, reconfiguração das relações de exploração e destruição do significado ontológico da classe trabalhadora.

No segundo momento, elencamos alguns acontecimentos recentes na realidade brasileira que também refletiram sobre o novo cenário contemporâneo por meio dos ataques às políticas sociais e da desproteção social frente às ameaças do regime heteropatriarcal-racista-capitalista. Além disso, foram elencadas as principais apostas de investimento nas políticas sociais pela terceira gestão do governo Lula/PT, principalmente no que diz respeito



aos investimentos da política de assistência social e do restabelecimento de programas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF) para o combate à fome e a pobreza. Nesse segundo momento, será possível compreender que as sucessivas contrarreformas da burguesia dominante resultaram no acirramento das mudanças climáticas e nas catástrofes ambientais para a recuperação da estabilidade econômica do mercado, deixando de atentar-se para os sinais de alerta manifestados pelo planeta.

Ademais, observa-se que a ofensiva ultraneoliberal e as suas estruturas de gestão racistas, machistas, sexistas e ecodidas preveem o desfinanciamento das políticas públicas universais, acompanhadas dos ajustes fiscais para amortização dos títulos de juros da dívida pública brasileira - o que coloca em risco a manutenção do fundo público e do tripé da seguridade social formada pelas políticas de saúde, assistência social e previdência social - e, principalmente, no crescimento exponencial das desigualdades sócio-étnico-culturais, cujas determinações contraditórias influenciam diretamente o perfil predominante das populações que se tornam alvos das privações dos direitos humanos e sociais, da insegurança alimentar e nutricional, somadas às violências do aparelho repressivo do Estado da morte, e que poderão ser detalhadas nas considerações subsequentes.

2. OS EFEITOS DA OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL NO MUNDO DO TRABALHO E O FENÔMENO DA BARBARIZAÇÃO DA VIDA HUMANA

O cenário contemporâneo tem sido marcado por profundas transformações que passaram a moldar uma nova perspectiva de vida regida por mecanismos de controle ideológico e político que ameaçam a sociedade de maneira geral. Vivemos tempos de barbarização da vida humana, de desfinanciamento das políticas sociais e destruição sem precedentes do meio ambiente, que já apresenta sinais de alerta com suas catástrofes naturais como formas de pedido de socorro.

Mas mesmo diante de todas essas reações provocadas pelo ideário ultraneoliberal, tomamos como certeza de que as suas intervenções apresentam redimensionamentos que privilegiam duas direções principais do marco de dominação da oligarquia financeira.

Por um lado, nos termos de Marx (2004, p. 93), busca contribuir para o movimento de expansão monopolista, de modo com que o capital financeiro promova a subsunção real da sociedade às suas determinações contraditórias e, por outro lado, fortalecer o metabolismo antissocial do sistema capitalista e do seu poder de alienação, fator este responsável por imprimir novas expressões da questão social e atacar o trabalho vivo a partir da hiperflexibilização das relações de trabalho e dos seus retrocessos.



Segundo Iamamoto (2015, p. 93), a alienação do capitalismo assume uma figura fetichista, apreendida enquanto um movimento do capital que busca render juros, com o objetivo de contribuir para a propriedade privada da riqueza socialmente produzida por meio da mais-valia e da apropriação do trabalho alheio.

Esses impactos e consequências provocadas pelo capital financeiro também são intensificados pelo processo de mundialização do capital que se alimenta da dívida pública e encontra-se ancorado a grupos transnacionais industriais que promovem a superprodução e concentração do capital industrial.

De acordo com Marx (1985b: 131, t.III, v. V), a superprodução relativa expressa o conflito entre produção e distribuição da riqueza produzida, gerando uma carga tributária indireta regressiva, principalmente por tributar mais quem ganha menos e taxar menos as altas fortunas e rendimentos empresariais.

Logo, o capital internacional produz a concentração da riqueza em um polo social e contribui para a polarização da pobreza e miséria, potencializando a lei geral de acumulação capitalista e da base de sustentação da questão social, que sofre, segundo Yazbek (2004, p. 106), um processo de refilantropização sem precedentes.

Nesse sentido, a realização dessas análises contribui para a identificação da influência do sistema capitalista financeiro na implantação de políticas públicas e das expressões da questão social no cenário contemporâneo, considerando as suas determinações históricas e particularidades no cenário brasileiro.

As estratégias adotadas pela política ultraneoliberal para contenção da crise do capital no Brasil e no mundo provocaram diversas reações burguesas no final dos anos 1970 do século XX, especialmente para a reversão da queda tendencial da taxa de lucros, e que contraditoriamente refletem no cenário contemporâneo. Diante do quadro de estagnação do crescimento econômico, várias consequências podem ser identificadas, tais como o endividamento público e privado, as expropriações sem precedentes, a desumanização da força de trabalho e intensificação das relações de exploração, além dos graves impactos climáticos, ambientais e sanitários.

Trata-se, de maneira geral, de novas reações do metabolismo reacionário do capital em crise que atingem a realidade brasileira por meio da ascensão do ideário ultraliberal, neofascista, negacionista e heteropatriarcal-racista-capitalista. É importante enfatizar que, todas essas medidas destrutivas estão no centro da reestruturação produtiva, do fenômeno da mundialização do capital e das contrarreformas da política neoliberal.

Segundo as análises realizadas por Fontes (2017, p. 52), esse processo pode ser caracterizado como mecanismo de expropriação secundária, pois a partir da inserção do país na economia mundial, assim como da análise de suas particularidades nacionais na formação histórico-social, observa-se que o movimento reacionário e destrutivo do capital



inaugurou um novo fenômeno societário, isto é, o movimento de desproteção social ampliada, exemplificadas pelas contratações precárias da força de trabalho, implantando postos de trabalho e padrões de reprodução rebaixados, além de atacar perversamente a garantia dos direitos humanos, sociais e trabalhistas com as suas contrarreformas.

Dessa forma, torna-se imprescindível considerar as múltiplas barreiras e desdobramentos que o cenário mundial em crise impõe ao sistema capitalista vigente. Essas barreiras potenciais podem ser classificadas da seguinte forma:

(1) incapacidade de reunir capital original suficiente para movimentar a produção (problemas de “barreiras de entrada”); (2) escassez de trabalho ou formas recalcitrantes de organização laboral que podem produzir compressões de lucro; (3) desproporcionalidades e desenvolvimento irregular entre setores na divisão do trabalho; (4) crises ambientais causadas por predação de recursos e degradação da terra e do meio ambiente; (5) desequilíbrios e obsolescência prematura causados por mudanças tecnológicas irregulares ou excessivamente rápidas, estimuladas pelas leis coercitivas da concorrência e contra-atacadas pelo trabalho; (6) recalcitrância ou resistência dos trabalhadores dentro de um processo de trabalho que se realiza sob o comando e o controle do capital; (7) subconsumo e demanda efetiva insuficiente; (8) crises monetárias e financeiras (armadilhas da liquidez, inflação e deflação) que ocorrem no âmbito de um sistema de crédito que depende de instrumentos sofisticados de crédito e poderes estatais organizados, além de um clima de fé e confiança [...] (Harvey, 2013, p. 232).

Esses fenômenos histórico-sociais e político-econômicos ferem as prescrições constitucionais e atacam os direitos historicamente conquistados, haja vista a emergência de uma nova ofensiva tecnológica e digital da Indústria 4.0, responsável por conferir uma nova identidade ideológica à classe trabalhadora, que agora passa a ser apreendida como infoproletariado ou ciberproletariado (Antunes; Braga, 2009, n.p). As novas formas de organização das forças produtivas para a gestão das ações econômicas na era digital abrem espaço para a expansão de processos de produção que agora são regulados de forma automatizada e robotizada, provocando diversas reconfigurações nas relações de trabalho e por implantar um novo modelo de escravidão digital no século XXI.

Destarte, esse novo regime regulatório do mundo do trabalho, que agora se encontra profundamente devastado, contribui para o esvaziamento do significado ontológico das relações trabalhistas. De acordo com Silva (2002, p.104), o processo de exploração capitalista também apresenta novas configurações cobertas pelo manto ideológico, desigual e destrutivo do empreendedorismo, da uberização e do trabalho digital.

Nesse sentido, os novos arranjos produtivos supracitados constituem parte das estratégias implantadas pela classe dominante para ocultar as contradições produzidas pelo capitalismo, que agora assume uma figura flexível e fetichista. Esse sistema impõe maior rapidez e agilidade ao proletariado na execução das suas tarefas, exige maior domínio das ferramentas tecnológicas e digitais, abertura e adesão a mudanças de curto prazo, com o objetivo de eliminar os procedimentos formais e as proteções asseguradas na legislação



trabalhista. Logo, a classe trabalhadora esvazia-se de si e de seu significado humano-genérico, transformando-se num fator de produção a serviço dos interesses privados do capital.

O fenômeno da uberização, conforme mencionado anteriormente, tem se expandido cada vez mais na nova era do capitalismo digital, cujo conceito é derivado dos investimentos de empresas privadas nos aplicativos de transporte Uber e de diversas outras empresas concorrentes, submetendo trabalhadores/as das periferias urbanas ao movimento de generalização e perda de sua identidade profissional, além do aumento da insegurança e ausência de redes convencionais de proteção social. Essas empresas tecnológicas e digitais também transformaram o trabalho assalariado num arsenal de prestação de serviços para a intensificação das relações de exploração lucrativas, a fim de supervisionar, disciplinar e controlar a classe trabalhadora.

De maneira complementar aos efeitos perversos e destrutivos das empresas digitais privadas, cabe também aqui denunciar as intervenções das grandes corporações econômicas que visam destruir as leis e garantias fundamentais historicamente conquistadas que defendem a construção de um sistema de proteção social amplo e efetivo. Organizado de maneira planejada e arquitetada, as referidas corporações e empresas globais apropriaram-se do cenário de crise sanitária provocada pela Covid-19 para impor à classe trabalhadora os seus regimes de trabalho individualistas, independentes e autônomos que, segundo Antunes (2020, n.p)³, são impulsionados pelo maquinário técnico informacional-digital formado por fábricas, instituições financeiras, redes de ensino, agronegócio, dentre outras instituições.

Nessa perspectiva, o cenário pandêmico fora apropriado pelo capital flexível enquanto instrumento imprescindível para o esvaziamento da dimensão humana no interior das relações sociais e trabalhistas. Além disso, o novo regime regulatório passou a ser fortemente influenciado por interesses concorrenciais do trabalho mundializado e pelos padrões de financeirização do capitalismo sobre o ordenamento social.

Consequentemente, o movimento da heterogeneização das relações sociais e trabalhistas abre espaço para o que pode ser denominado: era de mal-estar humano e social. Em outras palavras, a dimensão das atividades humanas perde o seu verdadeiro significado, esvaziando-se de si, fator esse que resulta na redução da vida humana ao trabalho precário e a paradigmas de consumo.

Na ordem do regime ultraneoliberal e do capital flexível, o trabalho também deixa de ser igualmente apreendido enquanto realização ontológica, transformando-se no trabalho

³ Realizou-se uma referência à fala do professor Ricardo Antunes durante o lançamento *online* de seu livro intitulado "Uberização, trabalho digital e indústria 4.0", na plataforma Youtube pela edição Prosa Sociológica (IFCH- UNICAMP, 2020).



alienado-estranhado, responsável por separar a força de trabalho dos instrumentos de produção e do produto do trabalho, sendo incompatível com o alcance da emancipação humana. Medidas como essas possibilitam interpretar a análise realizada por Marx (1985, p. 188) ao afirmar que a acumulação do capital consiste na multiplicação do proletariado, fator este responsável pela agudização da desigualdade estrutural e da naturalização do pauperismo.

Além desses aspectos, enfrentamos um cenário que ataca as políticas públicas e desresponsabiliza o papel do Estado na promoção dos direitos sociais, cujas medidas contribuem para a reprodução ampliada do capital e das suas formas pretéritas de exploração. Dessa forma, as políticas neoliberais são regidas, de acordo com Netto (2012, p. 417), pelo tripé formado pela “flexibilização das relações de produção e de trabalho, desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros e privatização do patrimônio estatal”.

Considerando o movimento da ortodoxia neoliberal, das medidas de ajustes e das desonerações fiscais responsáveis pelo desfinanciamento das políticas públicas, o fundo público, componente fundamental para o financiamento de políticas sociais e do orçamento participativo, conforme analisado por Salvador (2018, p. 427- 428), é abocanhado pelo capital financeiro, e os gastos sociais também são apropriados para o pagamento dos juros da dívida pública com o objetivo de gerar superávit primário.

O referido movimento contraditório pode ser exemplificado pelas Emendas Constitucionais (EC) nº 93 e nº 95 de 2016, ao desvincular as receitas da União que deveriam ser constitucionalmente investidas para o financiamento das políticas públicas, e por congelar os gastos primários das políticas que constituem o tripé da seguridade social (saúde, assistência social e previdência social) e as demais políticas sociais.

Os efeitos radicais e destrutivos das referidas emendas constitucionais e dentre outros projetos em curso pela gestão ultraneoliberal influenciaram o retorno do Brasil ao mapa mundial da fome e dos elevados índices de insegurança alimentar e nutricional que atingem, principalmente, os estratos sociais mais vulneráveis e periféricos do país.

De acordo com a pesquisa divulgada pelo jornal Oxfam Brasil em junho de 2022, mais de trinta e três milhões de brasileiros/as não dispunham de nenhum alimento para consumo. Os indicadores publicados também registraram que mais de cinquenta e oito milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar e nutricional. Esses fatores estão relacionados aos impactos provocados pelo crescimento inflacionário dos alimentos em escala global, da redução da qualidade de produção alimentícia a partir da expansão de alimentos ultraprocessados, envenenados com agrotóxicos e modificados geneticamente por organismos transgênicos.



3. CAPITALISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E QUESTÃO AMBIENTAL: NOTAS SOBRE A ERA DA DESPROTEÇÃO SOCIAL NO CENÁRIO BRASILEIRO

A partir da análise das principais tendências teórico-políticas da ortodoxia ultraneoliberal e das estratégias da reação burguesa adotadas para a contenção da queda da taxa de lucros, urge a necessidade de refletir, neste segundo momento, os principais limites e desafios impostos pelas intervenções ameaçadoras e destrutivas do sistema capitalista flexível para a valorização do capital, considerando o cenário de desproteção social que fora intensificado na realidade brasileira.

Esse conjunto de determinações contraditórias e reacionárias também colocam em risco os preceitos democráticos de defesa do estado de bem-estar social, além de absorver a força de trabalho de maneira precarizada e impor padrões de reprodução já esgotados.

Além dos sucessivos ataques provocados no mundo do trabalho com a nova ofensiva digital, observa-se que as suas intervenções ultrapassam os limites de reprodução e investimento no capital humano pela classe trabalhadora, atingindo os demais setores e coletivos sociais.

Dentre os principais debates presentes no cenário contemporâneo, é notório que as manifestações das desigualdades de classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade, as reações do Estado da morte, a destruição gradativa do meio ambiente, dentre outros ataques ao Estado Democrático de direito, precisam ser apreendidas enquanto parte constitutiva do arsenal de reações persuasivas da ofensiva ultraneoliberal e de suas políticas machistas, racistas, negacionistas, neofascistas e ecocidas.

Inaugura-se, portanto, um novo complexo societário capitalista em nossa dinâmica interna, e que influencia diretamente a necropolítica ao priorizar a eficácia da economia do mercado financeiro ao invés de atuar em defesa da vida humana.

A partir da intersecção entre as categorias classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade, é possível identificar qual é o perfil predominante dos estratos sociais mais vulneráveis que sofrem com diversas violações de seus direitos fundamentais. No tocante ao acesso aos serviços, benefícios e programas de transferência de renda, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) de Brasília/DF realizou uma pesquisa em 2022 para o levantamento do perfil de beneficiários/as com inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) e no Programa Auxílio Brasil, implementado durante o (des) governo Bolsonaro.

O levantamento dos indicadores demonstram que a maioria das famílias cadastradas no referido programa são constituídas predominantemente por mulheres chefes de família, autodeclaradas pretas e pardas, com faixa etária entre 15 a 25 anos, desempregadas, com escolaridade incompleta, auferindo uma renda mensal inferior a um salário mínimo, residindo em zonas urbanas e periféricas.



As desigualdades de gênero e étnico-raciais não se limitam aos paradigmas de representatividade, uma vez que existem barreiras que foram construídas e enraizadas historicamente na sociedade contemporânea por uma ideologia burguesa produzida pela branquitude dominante e que reduzem as manifestações racistas, machistas e sexistas a uma patologia social ou desarranjo institucional, quando, na verdade, se expressa num conjunto de desigualdades estruturais intrínsecas à formação histórico-cultural brasileira.

Dessa forma, o poder da dominação heteropatriarcal-racista-capitalista apresenta uma dimensão constitutiva das relações sócio-étnico-culturais na modernidade, tornando-se ainda mais evidentes por meio do silenciamento e da invisibilidade, além de serem responsáveis pela manutenção de preconceitos, discriminações e estigmas do ponto de vista ético-político.

Somadas a essas violações de direitos humanos e sociais fundamentais, essa parcela populacional também se torna vulnerável aos impactos ambientais e às mudanças climáticas provocadas pela humanidade, alcançando proporções elevadas. De acordo com a pesquisa com duas mil e quatro (2.004) pessoas em cento e trinta e cinco (135) municípios, realizada pelo Datafolha e divulgada pelo Jornal O Globo em dezembro de 2023, foi possível constatar que, setenta e oito por cento (78%) do total das pessoas entrevistadas acreditam que as atividades humanas influenciam diretamente o aquecimento global. E desse total, cinquenta e quatro por cento (54%) consideram que essas atividades refletem no controle dos efeitos climáticos.

As práticas negacionistas e ecodidas das políticas econômicas ultraneoliberais podem ser exemplificadas a partir do desastre ambiental ocorrido no país recentemente pela empresa petroquímica Braskem, que foi responsável pelo rompimento de parte da mina 18 de sal-gema⁴, provocando uma das maiores catástrofes climáticas no município de Maceió/AL. O ocorrido levou diversos bairros a entrarem em estado de alerta devido ao risco de colapso na região de Bebedouro, Bom Parto, Pinheiro, Mutange e Farol. Todos esses bairros receberam notificações para a sua evacuação emergencial, fazendo com que quase cinco mil (5.000) famílias ficassem desabrigadas.

A empresa também se demonstrou omissa e negligente diante das consequências de suas intervenções. Os pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) também já alertavam desde os anos 1980 sobre os riscos decorrentes da mineração de sal-

⁴ O sal-gema consiste em uma matéria-prima versátil manipulada para a produção de cloro, soda cáustica, ácido clorídrico e bicarbonato de sódio, além de ser utilizado para o tratamento da água, composição de produtos farmacêuticos, produtos de higiene, celulose e vidro (Jornal O Globo, 2023). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/12/11/desastre-em-maceio-entenda-o-que-provocou-o-rompimento-de-mina-de-sal-gema-da-braskem.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2023.



gema realizada pela empresa. Contudo, os alertas não cessaram nesse período. Mais tarde em fevereiro de 2018, a região alagoana voltou a apresentar variações climáticas com chuvas intensas, acompanhadas de tremores sobre a terra, o que provocou rachaduras nas ruas e nas edificações do município.

Desalojados e sem nenhuma resposta, moradores dos principais bairros atingidos pelo desastre exigiram que a empresa indenizasse todas as famílias atingidas. Nesse sentido, foi possível identificar a centralidade das mobilizações coletivas e da organização de frentes de lutas na região a partir da criação do Movimento Unificado Vítimas da Braskem (MUVB) e da Associação de Empreendedores Vítimas da Mineração em Maceió/AL. No mês de dezembro de 2023, a Braskem foi multada em mais de setenta e dois milhões de reais pelo Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA-AL) em decorrência dos riscos de desabamento da mina 18.

Destarte, é notório que as intervenções das diversas empresas e companhias internacionais instaladas ao redor do mundo - assim como a referida empresa petroquímica - realizam suas intervenções e negociações econômicas apresentando somente interesses antagônicos de superprodução e superacumulação, explorando recursos naturais, poluindo o ar e as águas, além de abrir espaço para a emergência e proliferação de diversos vírus causadores de novas pandemias e epidemias.

Os indicadores e acontecimentos supracitados apenas confirmam o que tem sido pontuado desde a introdução do presente estudo, ou seja, de que todas as medidas adotadas pela ofensiva ultraneoliberal para responder à crise mundial atacam perversamente a própria dimensão humana, esvaziando-a do seu significado ontológico, além de instaurar um cenário de destruição e desproteção social com efeitos irreversíveis.

É por essa razão que as ações educativas e a produção do conhecimento crítico e científico apresentam um papel ético-político central nas análises acerca das transformações societárias contemporâneas. Todas as organizações coletivas, comunitárias e participativas devem caminhar de maneira articulada, em defesa do estado de bem-estar social, da educação popular, da promoção de práticas ambientais educativas e conscientes como a agricultura familiar, com vistas à construção de direções sociais e estratégicas para o enfrentamento do negacionismo climático, do desfinanciamento das políticas públicas e demais intervenções reacionárias presentes nas agendas ultraneoliberais, neofascistas e ecocidas.

Ao considerar o processo de transição do governo ultraneoliberal e radical de Bolsonaro (2018-2022) do PL para o terceiro mandato do atual presidente Lula (2023 - 2027) do PT, algumas considerações merecem atenção especial. No tocante à retomada dos investimentos nas políticas públicas, alguns mecanismos de articulação federativa têm avançado na pactuação de financiamentos e na reestruturação dos serviços públicos.



A esperança de reconstruir a democracia brasileira e recuperar os investimentos nas políticas públicas nunca esteve tão presente nas principais pautas governamentais como agora. A nova gestão do governo Lula tem apostado as suas fichas na política de assistência social, principalmente no que diz respeito aos programas de transferência de renda.

Durante as suas campanhas eleitorais para presidência em 2002, a principal bandeira defendida pela sua gestão consistia na implantação do projeto Fome Zero, que na época não foi muito atrativo para os eleitores, fazendo com que todos os esforços e a atenção do governo estivessem voltados para as políticas de assistência social. Esse fator fez com que o presidente Lula unificasse os programas herdados da era FHC (bolsa- escola, auxílio alimentação e auxílio gás) na criação do atual PBF no final de 2003.

Dessa forma, com o objetivo de cadastrar as famílias nos programas de transferência de renda para a sua identificação e revisão das condicionalidades de acessos aos benefícios, criou-se o Cadastro Único (CadÚnico), que consiste até hoje na principal porta de entrada para o acesso aos benefícios socioassistenciais, realizando a identificação das famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de representar um importante indicador social para a análise dos seus territórios de abrangência.

Historicamente, o PBF ficou conhecido como um dos principais benefícios de enfrentamento à pobreza e das desigualdades sociais no país. Todavia, vários partidos políticos neoliberais e direitistas atacaram, e continuam atacando até os dias atuais, a efetividade do programa, indicando que, ao invés de atuar enquanto estratégia de combate à extrema pobreza, este apenas contribuiria para a manutenção da dependência da população aos serviços públicos, gerando acomodações e desinteresse pelo trabalho. Contudo, o referido programa não é ofertado de maneira universal, ilimitada e incondicional, mas assim como as demais políticas sociais, este ainda apresenta um conjunto de condicionalidades e requisições que acentuam a sua focalização na extrema pobreza, tornando-se limitadas e restritas.

A partir do colapso eleitoral de 2018, a era negacionista e neofascista da gestão do ex-governo Bolsonaro representou um marco de retrocessos de lutas e conquistas históricas, proferindo ataques à esfera pública-estatal por meio de medidas de austeridade fiscal, privatizações e enfraquecimento da coordenação federativa, a exemplo do Conselho Nacional de Assistência Social e da Comissão Tripartite.

A inexperiência e irresponsabilidade do ex- presidente Bolsonaro também colocou em risco a vida de milhões de pessoas frente ao negacionismo e das ações antivacinas para o enfrentamento da pandemia da Covid-19. Em 2020, o congresso aprovou o projeto de lei para a implantação do Auxílio Emergencial, oferecendo o pagamento mínimo de seiscentos



reais (R\$ 600,00) para beneficiários/as do PBF, pessoas inscritas e com informações atualizadas no CadÚnico ou que não possuísem nenhuma fonte de renda durante a crise sanitária.

O Auxílio Emergencial foi encerrado no final de 2021, mesmo período em que o governo direitista de Bolsonaro substituiu o PBF pelo Programa Auxílio Brasil (PAB), tornando as condicionalidades para o acesso ao programa ainda mais criteriosas, a exemplo da meritocracia que fere a oferta de direitos sociais em condições de igualdade.

Após a derrota do (des) governo Bolsonaro em 2022, uma das primeiras e principais ações adotadas pelo presidente Lula consistiu na retomada do PBF e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Apesar da conquista, ainda há uma longa jornada de lutas e resistências a serem travadas para a reconstrução e recuperação da sociedade brasileira no período pós-pandemia. Uma delas consiste na promoção do financiamento público, na implantação de políticas redistributivas e na defesa do Estado Democrático de direito para a estruturação dos serviços, programas, projetos e benefícios nas áreas sociais, em especial na saúde, assistência social e meio ambiente.

As proporções e magnitudes alcançadas pelos benefícios monetários necessitam que os seus critérios de elegibilidade sejam revisados, de modo a romper com o seu lastro meritocrático, seletivo e restritivo que exclui milhões de pessoas do seu direito de acesso. Consequentemente, o escopo de ofertas das políticas públicas, em geral, e das políticas de assistência social, em específico, estão longe do alcance dos padrões de universalidade.

Em suma, existem diversas diferenças entre direitos sociais e direitos universais, e a principal delas corresponde ao fato dos direitos sociais atenderem às necessidades básicas de maneira suplementar, focalizada e limitada. Essa compreensão alimentada pelo ideário ultraneoliberal revela a tendência contínua do distanciamento das garantias constitucionais dos princípios de justiça social, democracia e do sistema de proteção social amplo e efetivo.

Diante de todas as reflexões realizadas, faz-se necessário avançar com as agendas de defesa das políticas públicas universais e redistributivas, ao invés de serem equivocadamente associadas ao desperdício de investimentos públicos que resultam no desinteresse pelo trabalho e acarretam na improdutividade com consequências para o desenvolvimento da economia, e da garantia de maior eficácia e lucratividade.



4. CONCLUSÕES

Em virtude das análises e reflexões propostas por este ensaio teórico, é possível compreender a emergência do novo cenário instaurado pelo sistema capitalista contemporâneo e dos constantes ataques do ideário ultraneoliberal, cada vez mais radicalizado, sobre todas as esferas da sociedade e, especialmente, sobre a própria dimensão humana.

O enfrentamento dos efeitos perversos da nova era da escravidão digital do século XXI constitui um dos principais desafios a serem enfrentados pela sociedade contemporânea. Não obstante, a sua organização passou a ser motivada pelas reconfigurações das relações de produção, com a implementação de novas ferramentas e instrumentos tecnológicos para a composição de uma nova força de trabalho digital-midiático e informacional.

Conforme alertado por Antunes (2023, n.p), trata-se da emergência de uma nova fase societária conhecida como a era da “desantropomorfização”, que consiste na redução do trabalho vivo e na ampliação do trabalho morto, no aumento do desemprego, subemprego, precarização e informalidade das relações de trabalho. Esse processo sofreu forte expansão no período pandêmico, sendo utilizado como um laboratório de testes pelas contrarreformas capitalistas.

O desafio posto na realidade contemporânea vai muito além das articulações coletivas para a melhoria das condições de vida e da reversão do quadro de precarização e desemprego, mas trata-se, principalmente, de reinventar um novo modelo de vida com a capacidade de superar os constrangimentos produzidos pelo capital fetichizado.

As bases de sustentação da ideologia neofascista, ultrarradical e ecocida precisam ser enfrentadas com políticas anticapitalistas, antirracistas e ecossocialistas, de modo com que caminhe em defesa pela recuperação do valor ético-político da dimensão humana. O fortalecimento da consciência coletiva, assim como a articulação das lutas antissistêmicas precisam estar presentes nas principais pautas coletivas de enfrentamento das relações de exploração e opressão.

Logo, se a justiça social não pode ser encontrada nos diversos espaços da sociedade brasileira, então a democracia representativa jamais será concretizada, uma vez que esses princípios não podem ser apreendidos isoladamente. E são as instâncias políticas e os espaços de poder que serão determinantes para a efetivação da democracia no país, principalmente por possuírem um papel central em todos os equipamentos sociais, políticas públicas, organizações, sejam elas públicas ou privadas, e do controle das nossas vidas.



Assim como nos versos e dizeres de Chico Buarque, a construção de um novo dia, de um futuro democrático, de tempos mais justos, solidários e fraternos apenas será alcançada se transformarmos radicalmente a realidade social brasileira com nossas motivações humanas, conduzidas pelo inconformismo e indignação em relação às milhares de vidas desconhecidas que são alvo de violências, mutilações, massacres e discriminações pela estrutura heteropatriarcal-racista-capitalista.

Diante da barbárie instalada, deve-se, portanto, romper com as zonas de conforto para reafirmar o potencial coletivo, transformador e revolucionário em detrimento do modelo autocrático burguês que privilegia apenas os setores empresariais lucrativos, ameaça privatizar o aparelho público-estatal para a promoção de políticas públicas - enxergadas pela extrema direita como ineficientes - além de fazer com que os direitos humanos, sociais e ambientais previstos constitucionalmente estejam cada vez mais distantes das particularidades de vida de toda a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp.

ANTUNES, R. & BRAGA, R. (orgs). 2009. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual São Paulo: Boitempo.

BUARQUE, C. Apesar de você. **Phonogram**: Rio de Janeiro, 1970.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017.

Desastre em Maceió: entenda o que provocou o rompimento de mina de sal-gema da Braskem. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/12/11/desastre-em-maceio-entenda-o-que-provocou-o-rompimento-de-mina-de-sal-gema-da-braskem.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Datafolha: para 78% dos brasileiros, atividade humana afeta clima. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 17 dez. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/12/17/datafolha-para-78percent-dos-brasileiros-atividade-humana-afeta-clima.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. Oxfam Brasil, São Paulo, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

HARVEY, D. **Para entender O capital**. Tradução Rubens Enderle. Boitempo Editorial. 2013.



IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez editora, 2021.

IFCH UNICAMP. Prosa Sociológica com lançamento do livro "Uberização, trabalho digital e indústria 4.0". Youtube, 21 out. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DXmzxuq7_x8. Acesso em: 12 set. 2023.

JUNIOR, S.S. Assistência social no Lula 3: retomada ou avanço? **Nexo Jornal**, São Paulo, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2023/Assist%C3%A7%C3%A3o-social-no-Lula-3-retomada-ou-avan%C3%A7o> . Acesso em: 10 dez. 2023.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985b. Vol. II. (Série Os Economistas).

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata** .2. ed. São Paulo: Centauro, 2004 .

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, p. 413-429, 2012.

OLIVEIRA, C. J. S. **Perfil dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil inseridos no mercado de trabalho formal**. Orientador: Prof. Dr. Bruno Gontyjo do Couto. 2022. 45 f. TCC (Especialização) - Curso de Especialização em Ciência de Dados aplicada a Políticas Públicas da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Brasília, Distrito Federal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/7357/1/TCC%20Ciro%20Jonatas.pdf> . Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, L. A. M. da. 2002. "Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)". **Caderno CRH**, Salvador, n. 37:81-109, jul./dez.

SALVADOR, E. S. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, p. 426-446, 2017.

YAZBEK, M. C. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 104-112, 2004.